

ROSIMEIRE APARECIDA GAFFO

EDUCAÇÃO VOLTADA PARA O CAMPO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à banca do Curso de Especialização em
Educação do Campo da Universidade Federal
do Paraná. Como requisito parcial para
obtenção do grau de especialista.

Profª Orientadora: Silvana Cássia Hoeller.

MATINHOS

2011

EDUCAÇÃO VOLTADA PARA O CAMPO

Rosimeire Aparecida Gaffo¹

Silvana Cassia Hoeller²

RESUMO

O MST expandiu-se pelo Brasil afora e tornou-se um dos mais importantes movimentos sociais de toda a história. No processo de construção e expansão do MST foram surgindo diversas comissões, equipes, núcleos, setores e outras formas de atividade, bases de reflexão, discussão e encaminhamento das questões ligadas à luta pela terra em todas as suas dimensões. Neste contexto se percebeu que a grande luta a ser travada era por uma educação de qualidade para os trabalhadores do campo que sempre foram deixados de lado. Este artigo relata a importância de nos basearmos na realidade de nossos educandos do Assentamento 8 de Abril, no município de Jardim Alegre para promovermos mudanças e intervenções, para o Projeto Político Pedagógico da escola. Com isso a ideia é de buscar novas metodologias para que realmente os educandos, moradores do campo, possam se sentir integrantes da história e pessoas que além de se valorizarem possam também ser valorizados pela sociedade. Esse trabalho também visa fazer um resgate histórico de como aconteceu a Educação desde os primórdios até os dias atuais, desmistificando a educação proposta pelos governos com a educação que realmente deve acontecer em nossa sociedade.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral



Palavras-chave: Educação do Campo, valorização, autoestima, sensibilidade;

1 Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo – Projuvem Saberes da Terra, Universidade Federal do Paraná – Litoral, E-mail – gaffo@seed.pr.gov.br

2 Educador Orientador, UFPR Litoral.

“Ai daqueles que pararem com sua capacidade de sonhar, de invejar sua coragem de anunciar e denunciar. Ai daqueles que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e o agora, se atrelarem a um passado de exploração e de rotina”.

Paulo Freire

INTRODUÇÃO

Há uma tendência dominante em nosso país, marcada por exclusões e desigualdades de considerar a maioria da população que vive no campo como parte atrasada e fora do lugar no almejado projeto de modernidade. No modelo de desenvolvimento, se vê o Brasil apenas como mais um mercado emergente, predominantemente urbano, onde camponeses e indígenas são vistos como espécies em extinção. Nesta lógica, não haveria necessidades de políticas públicas específicas para estas pessoas, a não ser do tipo compensatório à sua própria condição de inferioridade, e/ou diante de pressões sociais, a atual política de assentamentos do governo federal é um exemplo típico desta situação. Pressionado, de um lado pelos sem-terra e, de outro, pelas elites ou oligarquias rurais, que em muitos estados têm ainda significativo poder político e são, de fato, representantes do atraso e da truculência no campo, o governo federal não assume a existência de uma questão agrária no país, mas define uma política social de assentamentos para amenizar os conflitos que poderiam desestabilizar a sua hegemonia política. A situação da educação no meio rural hoje retrata bem esta visão.

O objetivo deste artigo é procurar perceber o tipo de educação que está sendo ofertado aos educandos que vivem no campo, aqui em específico no Assentamento 8 de Abril no município de Jardim Alegre.

Perceber que a Escola é um lugar de estudo, trabalho e organização. Sendo também um lugar para aprender democracia. E este aprendizado não se faz estudando sobre o que é democracia. A democracia se aprende através do relacionamento diário dos alunos com os alunos, dos alunos com os professores, dos professores com os professores e da Escola com o Assentamento.

Dentro da história de luta pela terra no Brasil está também à luta por uma escola de boa qualidade, capaz de dar respostas adequadas aos desafios do novo tipo de vida nas terras conquistadas.

É importante que o trabalho e a organização dos educandos na escola tenham uma ligação com a vida do Assentamento. Pois não adianta ficar repassando conteúdos para os cadernos dos educandos, é preciso partir das experiências vividas por eles, como experiências de trabalho, de organização, de relacionamento, entre outros para conduzirmos ao conhecimento propriamente dito.

A EDUCAÇÃO OFERTADA PARA OS CAMPONESES E CAMPONESAS

Para pensar o campo brasileiro com sua diversidade é necessário retomar historicamente os fatos e compreender como, ao longo dos anos, a relação com o campo foi se instituindo. Com isso é necessário perceber qual educação está sendo oferecida no meio rural e qual a concepção de educação está presente nesta oferta.

De modo geral a educação sempre apresentou diversos problemas como: alta evasão escolar, baixa escolarização, alto índice de repetência, entre outros. Entretanto, esses problemas são muitos mais graves no meio rural.

Diante disso, tem-se lançado mão de políticas compensatórias e programas emergenciais com o objetivo de aliviar essa diferença. O modelo implantado no campo foi tão excludente que marca até hoje a ação das elites brasileiras. Buscando dados mais recentes na história do Brasil, pode-se citar o regime militar e sua política agrária, que incentivou a concentração da propriedade da terra através de incentivos financeiros, beneficiando as grandes empresas de insumos e de produtos agrícolas. Essa política teve também como objetivo principal impedir a organização dos trabalhadores (as) do campo, e, dessa forma, qualquer resistência organizada a essa política concentradora é excludente.

Para essa elite do Brasil agrário, as mulheres, indígenas, negros (as) trabalhadores (as) rurais não precisavam de escolarização, afinal para desenvolver o trabalho agrícola não precisavam aprender a ler e escrever.

Desse projeto social, resulta um modelo educacional pautado na oferta de educação mínima, restrita às primeiras séries do Ensino Fundamental; escolas em condições precárias; educadores com pouca formação e baixos salários, incorporação de conceitos urbanos que desconsideram a realidade e a vida camponesa, que alimentam a competitividade, o individualismo e desprezam as diferenças.

Conforme Oliveira (2000),

[...] o movimento social, por considerar o caráter excludente da escola resultante da frequente repetência, a expressão do autoritarismo da

estrutura escolar, passou a reivindicar maior democracia na gestão da educação (p. 101).

Movimentos e articulações em defesa de um projeto educativo adequado às características do meio rural vêm se desenvolvendo desde a década de 1930, no contexto dos debates sobre a universalização da escola pública. No entanto, foi a partir da Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia (GO), em 1998, que esse movimento incorporou o conceito de Educação do Campo. Esse encontro defendeu o direito dos povos do campo às políticas públicas de educação com respeito às especificidades, em contraposição às políticas compensatórias da educação rural.

Essa Conferência foi o resultado de um longo processo de luta dos povos organizados do campo e trouxe a especificidade da Educação do Campo associada à produção da vida, do conhecimento e da cultura do campo, apontando ações para a escola e para a formação de educadores.

A Educação do Campo, defendida pela Conferência, tratou da luta popular pela ampliação do acesso, permanência e direito à escola pública de qualidade no campo - as pessoas têm o direito de estudar no lugar onde vivem incorporando distintos processos educativos no seu Projeto Político Pedagógico.

Na II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, ocorrida em agosto de 2004, em Luziânia/GO definiu-se a ampliação de novos campos de luta para a Educação do Campo, sinalizando a consolidação de um projeto histórico de educação, conduzido e organizado pelos sujeitos sociais do campo. Recolocou-se o campo e a educação na agenda política do país, impulsionada pela luta pela democratização do acesso a terra e à educação escolar, como direito de todos e dever do Estado. Um dos pontos discutidos foi o da: Defesa de uma educação para superar a

oposição entre campo e cidade e a visão predominante de que o moderno e mais avançado é sempre o urbano, e que o progresso de um país se mede pela diminuição da sua população rural.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo se diferencia da educação rural, pois é construída por e para os diferentes sujeitos, territórios, práticas sociais e identidades culturais que compõem a diversidade do campo. Ela se apresenta como uma garantia de ampliação das possibilidades de homens e mulheres camponeses criarem e recriarem as condições de existência no campo. Portanto, a educação é uma estratégia importante para a transformação da realidade dos homens e das mulheres do campo, em todas as suas dimensões.

O campo, compreendido a partir do conceito de territorialidade, é o lugar marcado pela diversidade econômica, cultural e étnico-racial. É espaço emancipatório quando associado à construção da democracia e de solidariedade de lutas pelo direito a terra, à educação, à saúde, à organização da produção e pela preservação da vida. Mais do que um perímetro não urbano, o campo possibilita a relação dos seres humanos com sua própria produção, com os resultados de seu trabalho, com a natureza de onde tira o seu sustento. Se comprometida com a diversidade do trabalho e sua cultura, a educação terá também especificidades que precisam ser incorporadas nos projetos político-pedagógicos.

A Educação do Campo no Paraná tem como um dos primeiros passos concreto a ação do Conselho Estadual de Educação (2004) no encaminhamento do processo para o reconhecimento da Escola “Itinerante”, conforme as Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná (2006), como espaço efetivo de fazer acontecer educação do campo independente do espaço físico.

O que é essa Escola?

Trata-se de uma escola concebida e organizada em fundamentos políticos e ideológicos do MST. Vale destacar que a escola intitula-se “itinerante” em função de que ela acompanha o itinerário das famílias Sem Terra, garantindo o direito à educação das crianças, jovens e adultos que se encontram em acampamento, lutando pela reforma agrária (PARANÁ, 2006, p. 20).

Em 2005, foram publicados os cadernos temáticos pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) que fora resultado de seminários, encontros e trabalhos em comitês no Estado, que registram compromisso necessário para educação “dos” e não “para” os sujeitos do campo.

O Caderno é apresentado pela Superintendente da Educação (SEED/PR), Prof^a. Dr^a. Yvelise Freitas de Souza Arco Verde, nos seguintes termos:

Se, num primeiro momento, a meta educacional do País era corrigir a falta de acesso à escola, no caso da educação do campo, houve nítido esforço para garantir este acesso; porém, por meio da transferência dos alunos de seu espaço social, econômico e cultural, para os espaços urbanos, pela via do transporte escolar. Houve, deliberadamente, a negação da cultura entendida como rural, da forma e de estilo de vida nesses locais e da crença na impossibilidade de realização humana em ambiente que não fosse o urbano-industrial.

[...] consideramos o incentivo à construção de relações baseadas no respeito e na valorização de milhares de brasileiros que tiram seu sustento da terra, e a garantia da expansão da rede, de modo a evitar o deslocamento dos estudantes do campo para cidade.

[...] as diferentes formas de organização do povo precisam ser tomadas como alternativas viáveis da formação para que seja um instrumento de libertação das pessoas e não puro formalismo (2005, p. 9).

MUDANÇAS POSSÍVEIS NA EDUCAÇÃO DO E PARA O CAMPO

A experiência do trabalho coletivo que começou desde os primeiros acampamentos, levou a Cooperativa Agrícola nos assentamentos, como forma de enfrentar as dificuldades desde sempre presentes na vida do pequeno agricultor.

Diante disto a escola de assentamento deve dar suporte para a concretização do coletivo, promovendo ações que sirvam de exemplo concreto para que os educandos possam coloca-los em prática no seu dia a dia.

Uma escola que se organiza do jeito do MST, educa principalmente através das novas relações sociais que produz e reproduz, problematizando e propondo valores, alterando comportamentos, desconstruindo e construindo concepções, costumes e ideias. Desta maneira ela ajuda a enraizar a identidade Sem Terra, e forma um determinado jeito de ser humano. E quando a escola funciona como uma

cooperativa de aprendizagem, onde o coletivo assume a corresponsabilidade de educar o coletivo, torna-se um espaço de aprendizagem não apenas de formas de cooperação, mas principalmente de uma visão de mundo, ou de uma cultura, onde o “natural” seja pensar no bem de todos e não apenas em si mesmo.

Diante deste contexto o trabalho embasa uma abertura e ligação entre direção da Escola e MST no sentido de incentivar nossos educandos a se auto-organizarem em sala de aula. A escola passa a ser um local onde os educandos podem analisar e discutir as suas questões, elaborar propostas e tomar as suas decisões em vista de participar como sujeito da gestão democrática do processo educativo, e da Escola como um todo. Sendo um espaço de aprendizado deve ser acompanhado por educadores que respeite a autonomia dos educandos.

Em sala de aula foi promovido assembleias, onde se elaborou normas de convivência em sala de aula, os educandos avaliaram o processo educativo, foi proposto trabalho voluntário, como por exemplo: limpeza do pátio, preparo de uma horta para dar suporte à merenda escolar.

Como educadora apenas me atentei para o fato de que quem estava coordenando não conduzisse tudo sozinho se distanciando do princípio organizativo da direção coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho coletivo foi realizado em sala de aula com os educandos do Projovem Saberes da Terra do Colégio Rural Estadual José Martí – Ensino Fundamental e Médio do Assentamento 8 de Abril no Município de

Jardim Alegre. Onde a ideia principal era a de servir de exemplo para as demais salas de aulas, e também para os demais educadores e educadoras.

Em um dia de aula a sala foi disposta em círculo onde a partir da apresentação da educadora foi escolhido um educando para coordenar as atividades propostas. Houve algumas situações de timidez logo no início, pois, mesmo sendo uma escola de assentamento foi a primeira experiência desta prática em sala de aula. E tudo o que é novo causa medo.

Porém, o resultado me surpreendeu em todos os âmbitos propostos, pois, na maioria das vezes nos colocamos como conhecedores da realidade, e depois desta prática pude perceber o quanto necessito de aprimoramento e flexibilidade para continuar este trabalho.

Para ser educadora em uma escola como esta, temos que ter muita sensibilidade e abertura para nos reeducarmos e nos colocarmos a disposição do processo construído coletivamente por todos que nela estejam inseridos.

Nesta primeira fase do trabalho houve muita resistência por parte de um grande número de educadores e educadoras que estão acostumados com a educação onde os mesmos apenas repassam conhecimentos e não precisam saber se os educandos estão conseguindo assimilar o conteúdo com o dia a dia ou não, pois, o objetivo é nestas escolas é fazer o educando passar em vestibular e conseguir um bom emprego.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCO VERDE, Yvelise Freitas Souza de. Apresentação: Educação do Campo. Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **Cadernos temáticos: Educação no campo**. Curitiba: SEED-PR, 2005 .

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A gestão democrática da educação no contexto da reforma do estado**. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto e AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Orgs.). **Gestão da Educação. Impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000.

PARANÁ. *Diretrizes curriculares da educação do campo*. Secretaria do Estado da Educação. Curitiba: SEED-PR, 2006.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral



ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: ed. Vozes, 2009.